

GRANJA DO TORTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE AGOSTO DE 1996

*Senhores Ministros, Conselheiros, Assessores que aqui se encontram;
Senhores Presidentes das Instituições de Pesquisa, do CNPq; Senhor Mi-
nistro de Ciência e Tecnologia; Senhor Presidente da Finep;*

Eu queria, em primeiro lugar, ao considerar aberta esta sessão, ao instalar esta sessão do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, iniciar por, formalmente, dar posse àqueles que foram designados para ajudar o País na definição da política de ciência e tecnologia. E queria agradecer o fato de terem aceito cooperar nesta área tão sensível, tão significativa, agradecer-lhes a presença e dizer-lhes que a formação desse Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia é uma antiga aspiração da comunidade científica brasileira e dá prosseguimento a um esforço muito grande que vem sendo feito pelo nosso país há muito tempo, desde o CNPq e, depois, a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 95.

Agora nós acreditamos que chegou o momento de necessitar-mos, com maior continuidade, da cooperação daqueles que são produtores de ciência e daqueles que são usuários dos resultados da

ciência e da tecnologia, para que haja um entrosamento mais positivo entre a administração pública, o Governo e o conjunto de entidades da sociedade civil que participam desse processo de transformação tecnológica e da criação científica no Brasil.

Hoje, praticamente, todos os grandes países têm um conselho semelhante. Isto aqui não é uma novidade brasileira: é uma necessidade dos tempos atuais, mormente porque nós todos sabemos que estamos enfrentando uma transformação muito profunda no sistema produtivo, em nível mundial, na distribuição dos recursos globais, na concentração do saber em certas áreas. E esse processo todo, que, para simplificar, se costuma chamar de globalização, não implica que os países não definam as suas políticas. Pelo contrário: ele requer que exista uma atitude mais sensível e mais determinada por parte dos países, para que possam, efetivamente, entrar num processo que é de ampla competição, competição científica, competição tecnológica e competição econômica.

De modo que nós temos que nos preparar para que o Brasil possa, especialmente agora que estamos no umbral de um novo século, participar, de maneira afirmativa e não meramente reativa, dessa reorganização das potencialidades das sociedades contemporâneas.

Acho que esse ponto é muito importante. Quem não perceber que o mundo mudou e que, nesse novo mundo, as nações que não se organizarem para ter uma atitude bastante ativa ficarão excluídas se equivoca. Ninguém quer a exclusão, nem a nossa e nem, se possível, de nenhum outro povo. Mas nós temos que cuidar do nosso. E, para cuidar do nosso, temos que nos organizar. Isso implica uma profunda reorganização do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, das empresas brasileiras, da universidade brasileira e do modo pelo qual nos preparamos para essa nova etapa – eu diria até com certa força de expressão – da Humanidade.

Não é necessário fazer referências muito concretas, mas é óbvio que, nesse novo mundo, não vai bastar dispor de mão-de-obra. Pelo contrário: não vai bastar dispor de capital; vai ser necessário dispor de conhecimento. Esse mundo que está se reorganizando é um mun-

do que privilegia o conhecimento, a tecnologia, o conhecimento de ponta, as universidades, os centros independentes.

Como todos sabemos – e a experiência de muitos países é clara, taxativa nessa matéria – enganam-se os que imaginam que apenas formando elites é possível enfrentar o desafio do mundo contemporâneo. Ou esse conhecimento está enraizado numa sociedade que, ela toda, no seu conjunto, tenha preparo maior para enfrentar as contingências novas, ou é ilusório. Quer dizer, os pequenos grupos, os pequenos núcleos que se formem, aqui e ali, serão, automaticamente, absorvidos pelas redes internacionais de produção científica e tecnológica e não poderão se inserir de maneira construtiva no conjunto da sociedade nacional.

Portanto, não se trata, simplesmente, de apoiar pessoas, embora isso seja muito importante, porque, se as pessoas forem apoiadas sem que haja uma base mais ampla, não terão condições de permanecer servindo ao conjunto da coletividade. Nem sequer é suficiente apoiar núcleos, nem que sejam os núcleos de excelência – e todos os senhores sabem o quanto tenho me empenhado para que haja recursos para os chamados núcleos de excelência no Brasil. Nós asseguramos esses recursos, mas isso não é suficiente, porque também eles passarão a integrar uma rede internacional talvez de pouca resposta aos desafios do nosso país.

É preciso uma revolução branca no processo educacional em geral. O Ministro da Educação, aqui presente, não só compartilha dessas perspectivas, mas está orientando e reorganizando o Ministério da Educação e a ação educacional brasileira nessa direção. O ensino fundamental, o ensino de base é o ensino que não pode ser relegado. Estamos mudando a ênfase do Ministério da Educação. Mas, ao mudar a ênfase do Ministério da Educação, não podemos simplesmente nos esquecer das universidades nem dos núcleos de pesquisa.

Já os convidei para, depois do almoço, discutirmos as questões relativas ao ensino superior no Brasil, que são próximas das demais que vamos discutir. Esse conjunto de ações na área educacional é um processo que vai nos permitir entrar nessa nova fase de globali-

zação defendendo os nossos interesses próprios específicos. Defender interesse próprio específico, hoje, não é fazer retórica, é criar condições efetivas para que o País se transforme de maneira positiva e para que possa, em vez de fechar-se, abrir-se mais; e, ao abrir-se, beneficiar-se também das oportunidades que existem em nível internacional.

Isso tudo vai depender, sensivelmente, da nossa capacidade de termos uma política ativa de desenvolvimento científico e tecnológico.

Até mesmo os problemas, hoje tão candentes, que essa reorganização ocasiona, relativos à estrutura do emprego, passam por uma discussão no que diz respeito à educação de base, no que diz respeito à preparação do homem e da mulher, para que possam obter no futuro um emprego melhor remunerado; passam pela questão do desenvolvimento de certos tipos de tecnologia que permitam utilizar as vantagens comparativas da terra, de mão-de-obra, de certos recursos que são até naturais, mas que não podem, por eles próprios, resolver as questões que requerem também algum acrescentamento de inteligência, de produção específica, de conhecimento científico e tecnológico.

Esse é um desafio brasileiro. Creio que, daqui por diante, juntamente com um comitê permanente, que vai levar adiante esse Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, composto pelos Ministros da Ciência e Tecnologia, do Planejamento e da Educação, teremos também alguns dos senhores em contato mais estreito com esses três ministros e o conjunto dos senhores, efetivos ou suplentes – a distinção é formal –, trabalhando em certas áreas, umas mais específicas, além das políticas, e em uma das áreas sensíveis do Brasil: a questão do desenvolvimento regional e, por conseqüência, da nossa criatividade, para podermos, num dado momento, produzir mecanismos científicos e tecnológicos que permitam a recuperação de certas áreas do Brasil e de certos segmentos da população brasileira que tiveram um atraso relativo e terão mais dificuldades para enfrentar os desafios que estão aí presentes.

Nesse sentido, a própria questão do emprego vai depender da nossa capacidade de termos uma visão diferenciada e criativa. O Go-

verno tem feito um esforço muito grande, o Ministro do Trabalho tem produzido – juntamente com os Ministros do Planejamento e da Fazenda, enfim, o conjunto do Governo – uma série de programas específicos de retreinamento de mão-de-obra, de oferta de emprego. E tudo isso é muito positivo.

Agora mesmo assinei um ato ampliando o seguro-desemprego. Mas nada disso será suficiente, se não tivermos a compreensão, ao longo do tempo, de que vamos ter de aproveitar aquilo que, num primeiro momento, pode parecer uma desvantagem, mas que, num segundo momento, pode ser uma vantagem, ou seja, que este país é continental, tem regiões muito diferenciadas, recursos naturais inexplorados e recursos humanos que, uma vez qualificados, podem aumentar imensamente a produtividade.

Permitam uma pequena reflexão de alguém que levou a vida tratando de sociologia e não de política. O perfil da nossa sociedade não é o da Europa Continental: é americano. Que quero dizer com isso? Trata-se de uma sociedade espacialmente aberta, com mobilidade social imensa, com hierarquias menos definidas, com a ação local mais forte do que a ação central – hoje em dia isso é visível – e se contrapõe ao modelo europeu continental; sem mencionar países geralmente centralizadores, geralmente dependendo do Estado da maneira mais absoluta, geralmente dependente de decisões que se tomam em um nível muito distante da ponta da sociedade.

Aqui o modelo que está se desenvolvendo na sociedade brasileira é de outra índole. A participação crescente das comunidades, dos estados, dos municípios, a dispersão no espaço geográfico e o fato de esse espaço ser diferenciado permitem também respostas diferenciadas ao mesmo desafio do tempo do mundo contemporâneo. Seria ilusório pensar o Brasil, no seu conjunto, como se ele fosse um país homogêneo e que as mesmas soluções pudessem alcançar, positivamente, o conjunto do País.

Isso pode nos permitir – se definirmos uma estratégia inteligente de desenvolvimento, baseado em conhecimento – a transição para uma sociedade mais homogênea, uma sociedade moderna, uma sociedade

aberta à competição, sem que os segmentos que hoje estão marginalizados sofram com o aumento da sua marginalização, através da incorporação de contingente de ex-integrados que passem à exclusão. Nós não podemos conviver com a exclusão, nós temos que aumentar a integração, e essa integração não se fará num só segmento nem de uma só maneira, nem através de uma só abordagem, do ponto de vista do modelo mesmo de desenvolvimento, do ponto de vista tecnológico.

Esse é um desafio, porque não se trata simplesmente de manter uma área atrasada convivendo com uma área desenvolvida: trata-se de produzir uma transformação no conjunto do País, mas atento às peculiaridades dos diversos segmentos, das diversas regiões e, portanto, tendo como foco um desenvolvimento que inclua o ser humano como parte constitutiva do objetivo desse desenvolvimento.

Nós podemos evitar o dilema de alguns países em que o crescimento significa a integração e a prosperidade de uns núcleos, por maiores que sejam, e a exclusão de outros. Mas temos a possibilidade, no Brasil – como a América tem, os Estados Unidos da América têm, e lá isso está ocorrendo –, de permitir que haja, ao mesmo tempo, uma integração diversificada. Com esse sentido, o nosso modelo de sociedade é muito mais da América Continental do que da Europa Continental, onde, por razões históricas, essas possibilidades não existem, porque a diferenciação é menor, a possibilidade de alternativas até tecnológicas é menor e, portanto, as conseqüências, aquelas que são negativas no novo modelo, batem mais de frente e produzem resultados menos agradáveis.

É só verificar o que está acontecendo, ou como os Estados Unidos responderam ao desafio da competição com os japoneses ou com os europeus: eles foram capazes, não só de reagir, do ponto de vista do desenvolvimento científico, tecnológico e educacional, mas também, mesmo do ponto de vista do emprego, de não passar pelo mesmo ciclo de contração pelo qual a Europa está passando. Por que nós haveríamos de passar? Essa é uma indagação que vai além dos economistas e dos sociólogos e implica uma indagação àqueles que são produtores de formas de trabalho.

A grande revolução do mundo contemporâneo é que nós mudamos o modo de produzir. E mudamos porque incorporamos conhecimento, tecnologias novas ao modo de produzir. Agora temos que, utilizando essas tecnologias e criando outras, enfrentar o desafio do Brasil. Não é fácil a tarefa. Se fosse fácil, homens da capacidade dos senhores não precisariam estar ao redor desta mesa, porque estaríamos, neste sábado, gozando de lazeres, e não trabalhando. Não é fácil: requer competência, dedicação, visão, informação, querer compartilhar os pontos de vista; e requer explicar à sociedade do que se trata. Creio que é um desafio muito grande.

Óbvio, não basta isso, não basta uma rápida visão sobre os grandes problemas. Nós vamos ter que enfrentar as questões concretas dos centros, da relação entre a ciência e a tecnologia, da ênfase relativa em cada um desses setores, da formação de pesquisadores, dentro e fora do Brasil, enfim, da melhor utilização dos recursos, que, segundo o Ministro da Fazenda, deve ser com muito cuidado. E o Presidente concorda. Mas esse cuidado não implica nem a inexistência deles e nem a possibilidade de usá-los de maneira que não seja muito responsável, porque, no conjunto do País, os recursos são escassos.

Então, acho que teremos que chegar a detalhes na orientação disso. Enfim, o tema é aberto: discutir o papel da Finep, da Capes, do CNPq, do Ministério de Ciência e Tecnologia, dos centros de pesquisa, do entrosamento de tudo isso com as universidades, da relação de tudo isso com o setor produtivo, com as empresas – não só com as industriais, com as de serviços também, porque os serviços, hoje, produzem uma revolução tão importante quanto o setor industrial produziu e ainda produz. Temos que enfrentar a questão relativa ao setor primário no Brasil, tanto a questão mineral quanto a da agricultura, prestando muita atenção ao fato de que a tendência universal é da diminuição drástica da população economicamente ativa ocupada na agricultura.

Ainda recentemente, recebi do Embaixador na Unesco um artigo publicado nos Estados Unidos, muito interessante, em que dizia que a categoria “fazendeiro” deixou de existir no censo dos Estados Unidos.

Deixou de existir. Não existe mais a categoria “fazendeiro” porque a tecnologia avançou tanto, barateou tanto o custo do alimento e tornou tão caro o investimento necessário para esse barateamento que apenas as empresas produzem em grande escala. E aquilo que foi, em outra época, a estrutura fundamental, a *cellula mater* da sociedade, evaporou. Nós estamos longe disso. Ainda bem.

Voltando ao tema que eu mencionava antes: nós podemos ter fases mais longas, ciclos mais longos dessas transformações, de tal modo que possamos treinar a população brasileira para os desafios das outras etapas.

Enfim, diríamos que é preciso, portanto, ter uma visão bastante ampla de ciência e tecnologia, alcançando tudo isso.

Como eu olhei para o General Leonel, não quero deixar de mencionar um fato: é que parte importante da produção científica do Brasil é feita nas Forças Armadas; e o diálogo entre o setor militar e o setor civil é, hoje, um diálogo democrático, e, por consequência, também as nossas preocupações devem se estender nesse sentido de ampliar a nossa capacidade criativa, integrando, crescentemente, o setor militar ao setor civil no campo das pesquisas, porque nós, hoje, temos o mesmo objetivo, que é o fortalecimento do povo brasileiro e das condições de vida no Brasil. Por consequência, devemos potencializar tudo de que dispomos.

E dispomos de muito, fizemos muita coisa, em muitos campos. Eu me impressionei profundamente nas vezes em que fui visitar certas instalações de pesquisa militar, como, por exemplo, em Aramar, em São Paulo, e em várias outras áreas, como na área espacial, onde a participação civil é bastante intensa – está sob o controle da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Creio que esses setores também se devem integrar na discussão desse Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, para que possamos, efetivamente, contar com um apoio maior.

Há um grande esforço do Governo no sentido de ampliar os escassos recursos, e, nesse esforço, papel fundamental está sendo jogado pela iniciativa privada, através dos incentivos dados pelo Governo e pela multiplicação de pesquisas com esse mecanismo

que tem dado resultados positivos. Nós precisamos aumentar a participação dos recursos para ciência e tecnologia no produto bruto brasileiro. Mas não se pode ter a ilusão de que isso será feito com verbas fiscais, porque temos uma profunda crise fiscal. Isso só será feito se houver uma integração com o setor privado, uma integração que permita o aporte vultoso de recursos do setor privado, para que ele possa também se beneficiar, mais tarde, desse mecanismo.

Isso não implica retraimento do setor público. Nós vamos expandir o que for necessário, mas temos consciência de que o setor público sozinho não será capaz de enfrentar um desafio desse tamanho. Por isso mesmo, neste Conselho nós temos pessoas com larga experiência no setor privado e que tiveram sempre interesse também nessa integração.

Perdoem-me por ter me estendido, talvez, além do limite, nesta fala inicial. Eu gostaria de participar pelo menos de uma parte da discussão; depois. Infelizmente, tenho um outro compromisso externo, mas retorno para a hora do almoço e todas as vezes que puder, como vou presidir este Conselho. Só presido dois conselhos, este e o de política externa de defesa nacional; são os únicos conselhos que o Presidente da República preside diretamente – o que mostra que, realmente, há um interesse direto da Presidência da República na área de ciência e tecnologia, e há um interesse direto, pessoal, meu, de tal maneira que, para mim é um prazer poder participar dessas discussões. Mas os senhores compreenderão que a agenda presidencial, mesmo nos sábados, é definida não pelos prazeres do Presidente, mas pelos imperativos da rotina presidencial.

Muito obrigado aos senhores.

